
VALORIZE
O QUE É PÚBLICO.
É SEU!
Av. Paulista
FOCAE
SP

MANIFESTO EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

"O serviço público é o patrimônio dos que não têm patrimônio"

Celso Antônio Bandeira de Mello, jurista

São Paulo, 4 de Setembro de 2018.

O Fórum Permanente das Carreiras de Estado – São Paulo (FOCAE-SP) vem a público alertar os cidadãos para o risco que a falta de estrutura deve provocar a médio e longo prazos na prestação de serviços públicos no Estado, afetando, principalmente, a população que mais deles necessita.

As associações e os sindicatos de carreiras públicas que compõem o FOCAE-SP lançam este movimento em defesa do serviço público com três objetivos comuns:

1. Manifestar a importância de um serviço público de excelência para a população;
2. Defender o aprimoramento dos serviços prestados pelas carreiras de Estado;
3. Enfatizar a necessidade de investimentos nos serviços públicos a fim de que a população não seja vítima de sua precarização.

Este manifesto é estendido aos parlamentares paulistas na intenção de congregar esforços para encontrarmos em conjunto formas de evitar a fragilização do serviço público. Este debate é de extrema relevância, pois seu resultado afetará a vida dos cidadãos.

O serviço é apartidário e independente do governo, cuja obrigação é manter a excelência no atendimento ao cidadão e evitar a precarização iniciada décadas atrás. Já houve desmonte das estruturas de educação e saúde; agora, os alvos são as instituições que representam a segurança pública, a Justiça, a fiscalização e a defesa do cidadão.

É preciso desconstruir o mito de que a redução do Estado é necessária para recuperar a economia, com a consequente redução do serviço público. Essa ideia supõe que apenas a iniciativa privada traria eficiência a longo prazo. O sucateamento do serviço público é o efeito perverso dessa tendência, fato que a população já vem percebendo ao procurá-lo: relatos de falta de servidores, instalações inadequadas e condições precárias são constantes.

Garantir a todos o acesso aos serviços essenciais é um dever constitucional do Estado e esses serviços devem ser focados nas pessoas e no retorno social. Essa deve ser a missão do gestor público. Governos passam, o Estado fica. Instituições do Estado não podem ficar à mercê dessa transitoriedade.

Sem um serviço público efetivo e eficiente não há garantia dos direitos fundamentais da sociedade, da vigilância dos gastos públicos, da livre e justa concorrência, de segurança pública, de educação e saúde de livre acesso, nem mesmo a certeza de que possa prosperar o combate à sonegação e à corrupção.

Valorize o que é público. É seu!

FÓRUM PERMANENTE DAS CARREIRAS DE ESTADO – SÃO PAULO (FOCAE-SP)

Associação Paulista de Magistrados **(Apamagis)**
Associação Paulista do Ministério Público **(APMP)**
Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo **(APESP)**
Associação Paulista de Defensores Públicos **(APADEP)**
Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo **(SINDPESP)**
Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo **(ADPESP)**
Sindicato dos Delegados de Polícia Federal do Estado de São Paulo **(SINDPF SP)**
Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal **(ADPF/SP)**
Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo **(AOPM)**
Associação dos Militares Estaduais do Brasil **(AMEBRASIL)**
Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo **(SINAFRESP)**
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil **(Unafisco)**
Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo **(Afresp)**
Federação Brasileira de Fiscais de Tributos Estaduais **(Febrafite)**
Associação dos Procuradores do Município de São Paulo **(APMSP)**
Associação e Sindicato dos Auditores-Fiscais Tributários do Município de São Paulo **(AAFITSP e SINDAF/SP)**

BREVE PANORAMA DAS CARREIRAS PÚBLICAS DE ESTADO

MAGISTRATURA PAULISTA

2.363 casos novos por magistrado em 2017, ou 11.262 casos novos/100 mil hab.; 45% do volume de casos (novos e pendentes) do país estão concentrados no TJSP.

22% de defasagem no quadro funcional, acúmulo de Varas e falta de provimento de cargos no TJSP, com 2.651 magistrados dedicados à prestação jurisdicional.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SP

+ R$ 1,77 bi devolvido aos cofres públicos entre 2017 e 2018 e mais de R$ 650 milhões de tributos garantidos judicialmente. O orçamento do MP não é gasto, mas investimento.

1,116% é o percentual do Estado ao MP, que encolhe ano a ano (1,25% em 2005). Há 838 cargos vagos; média de 4,2 promotores de Justiça/100 mil hab. abaixo da nacional (5,7).

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

R$ 3,9 bilhões arrecadados em mais de 1 milhão de execuções fiscais em 2017; defesa do Estado em 688 mil processos, gerando bilhões de economia para o erário; 20 mil pareceres e 6 mil procedimentos disciplinares em 2017.

Mais de 400 cargos vagos de procuradores de Estado, unidades com má conservação, falta de viaturas, defasagem de equipamentos etc, e inexistência de carreira de apoio.

DEFENSORIA PÚBLICA

1,78 milhão de atendimentos à população hipossuficiente em SP em 2017 com 724 cargos providos (ideal seriam 3.081, segundo IPEA).

43 municípios paulistas contam com Defensoria Pública (6,7% do total) – devido à falta de investimentos, não chegará a todas as Comarcas até 2022 (Emenda Constitucional 80).

POLÍCIA CIVIL

2.844.170 BOs registrados em 2017 e 175.957 prisões, por mandado ou em flagrante. Foram instaurados 396.560 inquéritos.

13.015 cargos vagos , 687 só de delegados. No interior, delegado acumula mais de duas delegacias. Delegado de Polícia de São Paulo recebe o pior salário do país, na carreira, de acordo com números do Sindpesp.

POLÍCIA FEDERAL

R$ 48 bi em desvios investigados no país entre 2014 e 2017; 775 mil inquéritos instaurados ente 2014 e 2015, 12,5% deles relativos a corrupção e delitos econômicos.

4.397 cargos vagos (26,4% de todas as carreiras da PF) e déficit de 628 delegados, o maior da instituição. PEC 412/2009, que prevê normas para autonomia orçamentária, está na CCJC da Câmara dos Deputados.

FISCO PAULISTA

R$ 150 bilhões, resultado da arrecadação tributária em 2017. A arrecadação anual equivale a R$ 50 milhões para cada agente fiscal de rendas do Estado de SP.

5 anos sem concurso. A falta de renovação dos quadros dificulta a oxigenação das ideias impedindo que as melhores práticas possam ser implementadas.

FISCO MUNICIPAL

R$ 36 bilhões em receitas 2017. Em 2018, arrecadação 10% acima da inflação e R$ 500 milhões acima da meta (1° semestre), sem elevação de impostos. Ações dos 600 Auditores em atividade, incluindo o desenvolvimento de sistemas para o combate à sonegação.

Insegurança funcional no combate à grandes sonegadores e fraudes estruturadas. Necessidade de maior autonomia e independência no trabalho dos Auditores Fiscais.

FOCAE
SP

